

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
do Conglomerado Prudencial Referentes
ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	2 - 5
Balancos Patrimoniais do Consolidado Prudencial	6 - 7
Demonstrações do Resultado do Consolidado Prudencial	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Consolidado Prudencial	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Consolidado Prudencial	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	11

Relatório da Administração

(em milhares de Reais)

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

Desempenho das Atividades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 1.060.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 501.034 ao final do exercício, após considerar o resultado do exercício deduzidos dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 20,5% ao final do ano no “Conglomerado Prudencial”, superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

O ativo total alcançou R\$ 3.990.394 ao final do exercício. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 3.184.152 correspondente a 79,8% dos ativos totais.

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.465.816, correspondente a 61,8% dos ativos totais. Representada por 90,6% em títulos públicos e 9,4% em títulos de emissão privada. Esses títulos foram classificados nas seguintes categorias: 73,2% em “títulos para negociação”, 22,2% em “títulos disponíveis para venda” e 4,6% em “títulos mantidos até o vencimento”, em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Conglomerado, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R\$ 1.024.689, correspondente a 2,0 vezes o patrimônio líquido final.

A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 326.759 ao final do período. Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R\$ 265.809, atingiu o saldo de R\$ 592.568 ao final do período. Dessa carteira de crédito, 93,9% das operações foram classificadas entre os níveis de risco “AA” a “B” em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. As parcelas vencidas totalizaram R\$ 5.463 correspondente a 1,7% da carteira. A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 11.237, correspondente a 3,4% da carteira de crédito.

Os recursos captados totalizaram R\$ 3.072.585 ao final do período, sendo representados por: R\$ 10.005 em depósitos interfinanceiros; R\$ 540.855 em depósitos a prazo; R\$ 1.597.458 em captações no mercado aberto; R\$ 201.631 em repasses do BNDES e R\$ 722.636 em letras financeiras e certificados de operações estruturadas.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

São Paulo, 23 de abril de 2019.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Banco") e de suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e as regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 3 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 18 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3 às referidas demonstrações financeiras consolidadas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Consolidado para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Consolidado e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Balanços Patrimoniais do Consolidado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		2.608.757	3.598.761
Disponibilidades	4	35.519	10.150
Aplicações interfinanceiras de liquidez		547.672	1.859.541
Aplicações no mercado aberto	5	547.672	1.587.847
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	271.694
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.862.463	1.582.682
Carteira própria	6 a	814.024	379.942
Vinculados a compromissos de recompra	6 a	799.058	1.057.135
Vinculados à prestação de garantias	6 a	211.711	105.225
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	37.670	40.380
Operações de crédito		100.528	74.359
Operações de crédito - Setor privado	8 a	106.749	109.711
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8 b	(6.221)	(35.352)
Outros créditos		59.953	67.710
Créditos por avais e fianças honrados		-	33.795
Carteira de câmbio		46	-
Rendas a receber		6.029	973
Negociação e intermediação de valores	9 a	10.869	17.136
Diversos	9 b	43.009	49.601
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8 b	-	(33.795)
Outros valores e bens		2.622	4.319
Despesas antecipadas		2.622	4.319
Realizável a longo prazo		1.360.076	1.254.232
Aplicações interfinanceiras de liquidez		123.978	79.304
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	123.978	79.304
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		650.039	577.168
Carteira própria	6 a	210.665	318.784
Vinculados a compromissos de recompra	6 a	424.328	18.852
Vinculados à prestação de garantias	6 a	6.030	229.944
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	9.016	9.588
Operações de crédito		191.488	254.634
Operações de crédito - Setor privado	8 a	196.267	273.054
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 b	(4.779)	(18.420)
Outros créditos		390.066	337.856
Rendas a receber		-	1.883
Diversos	9 b	390.303	336.175
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	8 b	(237)	(202)
Outros valores e bens		4.505	5.270
Outros Valores e Bens		4.305	4.305
Despesas antecipadas		200	965
Permanente		21.561	29.175
Investimentos		5.207	9.979
Outros investimentos		5.207	9.979
Imobilizado de uso		8.876	10.277
Imóveis de uso	3	3	3
Outras imobilizações de uso		16.845	17.446
Depreciações acumuladas		(7.972)	(7.172)
Intangível		7.478	8.919
Ativos intangíveis		10.552	10.773
Amortização acumulada		(3.074)	(1.854)
TOTAL		3.990.394	4.882.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Balanços Patrimoniais do Consolidado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		2.167.518	3.545.946
Depósitos		483.182	890.257
Depósitos interfinanceiros	10 a	10.005	151.097
Depósitos a prazo	10 a	473.177	739.160
Captações no mercado aberto		1.525.338	2.527.007
Carteira própria	10 a	1.064.102	954.226
Carteira livre movimentação	10 a	461.236	1.572.781
Recursos de aceites e emissão de títulos		42.238	65.214
Recursos de letras financeiras, crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	10 a	41.837	64.374
Certificados de Operações Estruturadas	10 a	401	840
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		20.457	24.195
BNDES	10 a	20.121	17.786
FINAME	10 a	336	6.409
Instrumentos financeiros derivativos		15.066	11.782
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	15.066	11.782
Outras obrigações		81.237	27.491
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1	2
Carteira de câmbio		46	-
Sociais e estatutárias		35.460	9.960
Fiscais e previdenciárias	9 c	10.564	3.134
Negociação e intermediação de valores	9 d	9.743	3.928
Diversas	9 e	25.423	10.467
Exigível a longo prazo		1.320.819	807.192
Depósitos		67.678	206.180
Depósitos a prazo	10 a	67.678	206.180
Captações no mercado aberto		72.120	86.979
Carteira própria	10 a	72.120	86.979
Recursos de aceites e emissão de títulos		680.398	47.169
Recursos de letras financeiras, de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	10 a	680.398	47.169
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		181.174	199.695
BNDES	10 a	181.174	199.314
FINAME	10 a	-	381
Instrumentos financeiros derivativos		145.993	99.085
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	145.993	99.085
Outras obrigações		173.456	168.084
Fiscais e previdenciárias	9 c	22.535	28.426
Diversas	9 e	150.921	139.658
Resultado de exercícios futuros		1.023	784
Rendas antecipadas		1.023	784
Patrimônio líquido		501.034	528.246
Capital - De domiciliados no País	11 a	420.000	420.000
Reservas de lucros		79.682	203.503
Ajustes de avaliação patrimonial		1.352	(626)
Lucros/(Prejuízos) acumulados		-	(94.631)
TOTAL		3.990.394	4.882.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações do Resultado do Consolidado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Receitas da intermediação financeira		567.670	1.192.791	710.555
Operações de crédito		16.601	36.703	46.226
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		496.201	1.182.656	507.108
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		54.693	(26.524)	154.408
Resultado de operações de câmbio		175	(44)	2.813
Despesas da intermediação financeira		(506.105)	(1.155.764)	(788.645)
Operações de captação no mercado		(517.402)	(1.154.897)	(698.834)
Operações de empréstimos e repasses		(8.237)	(16.650)	(18.825)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 c	19.534	15.783	(70.986)
Resultado bruto da intermediação financeira		61.565	37.027	(78.090)
Outras receitas/despesas operacionais		(30.754)	(65.878)	(92.905)
Receitas de prestação de serviços	16 b	14.466	29.943	13.369
Despesas de pessoal	16 c	(26.018)	(50.377)	(63.737)
Outras despesas administrativas	16 d	(13.321)	(25.995)	(34.904)
Despesas tributárias	16 e	(3.925)	(9.360)	(6.644)
Outras receitas operacionais	16 f	261	722	7.273
Outras despesas operacionais	16 g	(2.217)	(10.811)	(8.262)
Resultado operacional		30.811	(28.851)	(170.995)
Resultado não operacional		(3.993)	(4.432)	22
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		26.818	(33.283)	(170.973)
Imposto de renda e contribuição social		(18.774)	34.343	80.399
Provisão para imposto de renda	12 a	295	2.169	6.865
Provisão para contribuição social	12 a	613	463	6.560
Ativo fiscal diferido	12 a	(19.682)	31.711	66.974
Participações no lucro		-	-	(1.579)
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício		8.044	1.060	(92.153)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Consolidado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Para Expansão			
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2017		420.000	31.042	172.461	(2.194)	-	621.309
Ajustes de exercícios anteriores	9 f	-	-	-	-	(2.478)	(2.478)
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	1.568	-	1.568
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(92.153)	(92.153)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017		420.000	31.042	172.461	(626)	(94.631)	528.246
Realização de reservas	11 c	-	-	(123.821)	-	123.821	-
Juros sobre capital próprio declarados	11 b	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	1.978	-	1.978
Outros eventos		-	-	-	-	(250)	(250)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.060	1.060
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018		420.000	31.042	48.640	1.352	-	501.034
Patrimônio líquido em 01 de julho de 2018		420.000	31.042	172.461	(6.849)	(101.865)	514.789
Realização de reservas	11 c	-	-	(123.821)	-	123.821	-
Juros sobre capital próprio declarados	11 b	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	8.201	-	8.201
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	8.044	8.044
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018		420.000	31.042	48.640	1.352	-	501.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Consolidado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício	8.044	1.060	(92.153)
Ajustes ao lucro (prejuízo)	13.040	(14.785)	87.774
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.534)	(15.783)	70.986
Depreciação e amortização	1.933	3.855	5.401
Imposto de renda e contribuição social	18.774	(34.342)	(81.603)
Outras provisões operacionais	11.946	33.715	92.445
Encargos valores a pagar (mútuo)	-	-	87
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(79)	(2.230)	458
Variações em ativos e passivos	(838.440)	(386.042)	(610.798)
Redução (Aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez	393.913	843.276	338.167
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários e derivativos	493.342	(371.353)	2.739.156
Redução (Aumento) em Operações de crédito	27.799	52.795	74.541
Redução (Aumento) em Outros créditos	15.053	(12.778)	35.320
Redução (Aumento) em Outros valores e bens	2.270	2.462	6.893
Aumento (Redução) em Depósitos	(212.138)	(545.577)	(715.327)
Aumento (Redução) em Captações no mercado aberto	(1.843.928)	(1.016.528)	(3.030.823)
Aumento (Redução) em Recursos de aceites e emissão de títulos	304.899	610.253	26.365
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	(9.717)	(22.259)	(20.753)
Aumento (Redução) em Instrumentos financeiros derivativos	(33.007)	50.192	13.072
Aumento (Redução) em Outras obrigações	23.362	28.434	(74.152)
Aumento (Redução) em Resultados de exercícios futuros	391	239	86
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(679)	(5.198)	(3.343)
Caixa líquido originado/ (aplicado) em atividades operacionais	(817.356)	(399.767)	(615.177)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(746)	(1.266)	(3.161)
Alienação de imobilizados de uso	35	282	377
Aquisição ativos intangíveis	(28)	(28)	-
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades de investimento	(739)	(1.012)	(2.784)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	79	2.230	(458)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(818.016)	(398.549)	(618.419)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.401.207	981.740	1.600.159
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	583.191	583.191	981.740
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(818.016)	(398.549)	(618.419)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco) é uma empresa controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação de instituições controladas (Corretora e Distribuidora), integrantes do sistema financeiro.

Como parte da estratégia de negócios, mantivemos as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. – Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US\$ 37.573 mil (2017 US\$ 125.099 mil) e US\$ 18.960 mil (2017 US\$ 98.806 mil), respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou BACEN para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco), sua dependência no exterior, empresas controladas e fundos de investimentos conforme requerido na Resolução nº 4.280/13.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas. As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão expressas em milhares de reais e foram aprovadas pela Administração em 23 de abril de 2019.

Destacamos as sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial:

	Atividade	% Participação	
		31.12.2018	31.12.2017
. Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	Banco de Investimento	Controlador	Controlador
. Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - Cayman Branch	Banco de Investimento	100,00%	100,00%
. Haitong Securities do Brasil Corretora de C.V.M. S.A.	Corretora	100,00%	100,00%
. Haitong do Brasil Distribuidora de T.V.M. S.A.	Administradora de Ativos	100,00%	100,00%
. Haitong do Brasil Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%
. Haitong Negócios S.A.	Holding	100,00%	100,00%
. FIM TREASURY Crédito Privado	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
. Western Star Fund Ltd	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

3. Resumo das principais práticas contábeis

- a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência.
- b. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme determina a Circular BACEN n.º 3068 (vide nota n.º 6 “b”):
 - b.1) Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 - b.2) Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
 - b.3) Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado do período.
- c. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na B3 e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor de mercado, em conformidade com Circular BACEN n.º 3082 (vide nota n.º 7 “a”). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria “hedge de risco de mercado” (vide nota n.º 7 “c”). Adicionalmente, desde o início da operação e de maneira continuada, o Banco documenta se o instrumento de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor de mercado do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A operação de hedge é descontinuada quando o Banco cancela ou não se qualifica mais como hedge ou o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado. Os ganhos e perdas decorrentes das mudanças no valor de mercado dos instrumentos de hedge e dos itens objeto de hedge são registrados em contas de receitas e despesas no resultado.
- d. As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2682. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2682 (vide nota 8 “b”).
- e. Redução do valor recuperável (*impairment*) - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

- f. Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos:
- Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
 - Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos.
 - Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato.
- g. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável.
- h. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 13), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 38239, sendo:
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- i. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15%, acrescidas de 10% acima de determinado limite, 15% até 31 de agosto de 2015, para empresas financeiras e 9% para empresas não financeiras; 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 12 “a” para IRPJ e CSLL). A Lei nº 13.169/15, alterou a Lei nº 7.689/88, elevando a alíquota da contribuição social para 20% referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltou a ser de 15%. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 12 “b”). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
- j. Garantias financeiras prestadas: as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas foram avaliadas de acordo com a natureza da obrigação prestada, na experiência passada, nas expectativas futuras e na política de avaliação de risco da Administração. Essa avaliação é revista pelo menos semestralmente. A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo registrada em adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. A adoção desses procedimentos teve os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo o registro da provisão constituída sobre a aplicação inicial realizado em contrapartida à conta de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, de acordo com a Resolução CMN nº 4512 (vide nota nº 9 “f”).

- k. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme a Resolução CMN nº 3604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Disponibilidades	35.519	10.150
- Aplicações no Mercado Aberto	547.672	699.896
- Aplicações em Moeda Estrangeira	-	271.694
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Total	<u>547.672</u>	<u>971.590</u>
Total	<u>583.191</u>	<u>981.740</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

					<u>31.12.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor de Custo</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor de Custo</u>
- L.T.N.	137.434	-	-	-	137.434	137.434	-	-
- L.T.N.-O	-	-	-	-	-	-	-	-
- N.T.N.-O	4.907	-	-	-	4.907	4.907	2.250	2.250
Aplicações no mercado aberto - Posição Bancada	142.341	-	-	-	142.341	142.341	2.250	2.250
- L.T.N.	103.454	-	-	-	103.454	103.454	-	-
- N.T.N.-B	-	-	-	-	-	-	30.312	30.287
- N.T.N.-F	301.877	-	-	-	301.877	301.877	1.555.285	1.553.925
Aplicações no mercado aberto - Posição Vendida	405.331	-	-	-	405.331	405.331	1.585.597	1.584.212
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	123.978	-	123.978	123.978	79.304	79.304
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	271.694	271.694
TOTAL em 2018 - R\$	<u>547.672</u>	<u>-</u>	<u>123.978</u>	<u>-</u>	<u>671.650</u>	<u>671.650</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
- %	<u>81,5%</u>	<u>0,0%</u>	<u>18,5%</u>	<u>0,0%</u>	<u>100,0%</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL em 2017 - R\$	<u>971.590</u>	<u>887.951</u>	<u>887.951</u>	<u>79.304</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.938.845</u>	<u>1.937.460</u>
- %	<u>50,1%</u>	<u>45,8%</u>	<u>0,0%</u>	<u>4,1%</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100,0%</u>	<u>-</u>

6. Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira

Títulos	<u>31.12.2018</u>			<u>31.12.2017</u>		
	<u>Livres</u>	<u>Vinculadas</u>	<u>Total</u>	<u>Livres</u>	<u>Vinculadas</u>	<u>Total</u>
L.F.T.	-	213.365	213.365	94.533	435.255	529.788
L.T.N.	185.770	176.913	362.683	291.316	666.540	957.856
N.T.N.-B	13.999	168.239	182.238	27.663	164.551	192.214
N.T.N.-F	709.538	766.932	1.476.470	21.459	-	21.459
Debêntures	80.678	20.232	100.910	161.127	28.784	189.911
Fundos de Investimentos	16.322	-	16.322	14.864	-	14.864
Aplicações em T.V.M. no exterior	18.382	95.446	113.828	16.810	116.026	132.836
Notas Promissórias	-	-	-	70.047	-	70.047
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	907	-	907
TOTAL	<u>1.024.689</u>	<u>1.441.127</u>	<u>2.465.816</u>	<u>698.726</u>	<u>1.411.156</u>	<u>2.109.882</u>

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
L.F.T.	-	-	-	55.280	-	158.085	213.365	213.209	529.788	528.913
L.T.N.	-	-	-	51.733	60.232	-	111.965	110.011	826.018	821.563
N.T.N.-B	-	-	-	2.543	-	-	2.543	2.503	28.830	28.691
N.T.N.-F	-	-	-	-	766.458	710.012	1.476.470	1.378.723	21.459	21.526
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Negociação (h.1)	-	-	-	109.556	826.690	868.097	1.804.343	1.704.446	1.406.095	1.400.693
L.T.N.	-	-	-	203.197	47.521	-	250.718	247.637	131.838	131.650
N.T.N.-B	-	-	-	-	179.695	-	179.695	179.660	163.384	164.002
Debêntures	-	-	3.484	40.474	42.544	14.408	100.910	101.773	174.876	175.561
Fundos de Investimentos	-	-	-	16.322	-	-	16.322	16.322	14.864	14.864
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	907	911
Aplicações em T.V.M. no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	1.258	1.258
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	70.047	70.066
Total - Disponíveis para Venda (b.2)	-	-	3.484	259.993	269.760	14.408	547.645	545.392	557.174	558.312
L.T.N.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	15.035	15.035
Aplicações em T.V.M. no exterior	-	-	-	3.833	109.995	-	113.828	113.828	131.578	131.578
Total - Mantidos até o Vencimento (h.3)	-	-	-	3.833	109.995	-	113.828	113.828	146.613	146.613
TOTAL em 2018 - R\$	-	-	3.484	373.382	1.206.445	882.505	2.465.816	2.363.666	-	-
- %	0,0%	0,0%	0,1%	15,1%	48,9%	35,8%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 2017 - R\$	29.899	39.412	294.438	959.587	726.332	60.214	-	-	2.109.882	2.105.618
- %	1,4%	1,9%	14,0%	45,5%	34,4%	2,8%	-	-	100,0%	-

O valor de mercado dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor de mercado de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

- b.1.** “Títulos para negociação”: O ajuste positivo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 99.897 (2017 R\$ 5.402), obtido entre os valores de custo de R\$ 1.704.446 (2017 R\$ 1.400.693) e de mercado R\$ 1.804.343 (2017 R\$ 1.406.095), foi registrado em conta adequada do resultado.
- b.2.** “Títulos disponíveis para venda”: O ajuste positivo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 2.253 (2017 ajuste negativo R\$ 1.138), obtido entre os valores de custo de R\$ 545.392 (2017 R\$ 558.312) e de mercado R\$ 547.645 (2017 R\$ 557.174), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos. Os valores de custo e de mercado das debêntures e das aplicações em TVM no exterior foram deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ 43.188 (2017 R\$ 42.633).
- b.3.** “Títulos mantidos até o vencimento”: registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ zero (2017 R\$ 80.014), em contrapartida ao resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 111.901 (2017 R\$ 163.115).

7. Instrumentos financeiros derivativos

- a. Derivativos:* representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na B3, na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valores de mercado		Valores de custo atualizados	Valores de mercado		Valores de custo atualizados
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)
PRÉ	1.237.565	5.455	3.587	9.600	(1.125)	(1.337)
CDI	1.938.455	(147.190)	(119.160)	1.821.223	(57.600)	(52.244)
DOLAR	2.027.231	29.705	33.777	1.231.181	7.025	14.561
Swaps	5.203.251	(112.030)	(81.796)	3.062.004	(51.700)	(39.020)
DOLAR	102.725	(658)	(650)	147.365	(8.213)	(7.932)
Termo de moedas	102.725	(658)	(650)	147.365	(8.213)	(7.932)
Compra de opção de compra - Ações	18.456	575	499	1.743	34	36
Compra de opção de venda - Ações	456	5	7	-	-	-
DOLAR	21.983	(2.043)	(2.192)	18.987	(1.001)	(1.714)
AÇÕES	19.000	(214)	(131)	-	-	-
AÇÕES - COE	384	(8)	(30)	859	(19)	(63)
Venda de opção de compra	41.367	(2.265)	(2.353)	19.846	(1.020)	(1.777)
TOTAL Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo - Passivo)	5.366.255	(114.373)	(84.293)	3.230.958	(60.899)	(48.693)
DAP	14.287	(7)	(7)	-	-	-
DI	11.595.823	6.623	6.623	11.595.823	6.623	6.623
DDI	3.191.056	(694)	(694)	3.191.056	(694)	(694)
DOLAR	841.036	1.534	1.534	841.036	1.534	1.534
Futuros - Compras e Vendas	15.642.202	7.456	7.456	15.627.915	7.463	7.463

Os prêmios/diferenciais a receber e a pagar das operações de opções, termo e swaps e os ajustes diários a receber e a pagar das operações de futuros estão ajustados ao seu valor de mercado e são registrados em contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” e de “Negociação e intermediação de valores”, respectivamente e, os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação.

Para a obtenção dos valores de mercado o Banco adotou os seguintes critérios: operações de Futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de Opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a Termo e de Swaps estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços da B3.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidação financeira diária. Os contratos de Swaps proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Em 31.12.2018 a exposição total de risco de crédito em swaps de que trata o art. 1º item III da Circular BACEN nº 2.770 totalizava R\$ 397.583 (2017 R\$ 421.896).

b. Composição dos instrumentos derivativos por prazos de vencimento:

	Até 3 meses	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Acima de 5	Total	Total
		meses	anos	anos	anos	31.12.2018	31.12.2017
Swaps (a)	(3.133)	26.923	(135.820)	-	-	(112.030)	(51.700)
Termo de moedas (a)	33	(691)	-	-	-	(658)	(8.213)
Opções (a)	146	(674)	(1.157)	-	-	(1.685)	(986)
Total em 31.12.2017	(2.954)	25.558	(136.977)	-	-	(114.373)	-
Total em 31.12.2016	10.525	(25.410)	27.161	279.970	(429)	-	(60.899)
Futuros em 31.12.2018 (b)	1.712.773	4.007.907	7.378.655	2.236.044	476.055	15.811.434	-
Futuros em 31.12.2017 (b)	2.599.190	5.375.791	6.811.146	2.920.241	1.914.184	-	15.627.915

(a) valores de exposição líquida e (b) valores de referência

c. *Derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado*

Em 31.12.2018, o Banco não possuía operações de hedge contábil de risco de mercado. Em 2017, a operação de hedge existente tinha por objetivo compensar riscos da exposição à variação no valor de mercado entre a variação acumulada da taxa de juros DI e da taxa de juros pré-fixadas contratadas nas aplicações compromissadas:

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	Valor de mercado		Variação no valor de mercado		2017
			Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	% Efetividade
			Aplicações em compromissadas (a)	Pré	Futuros	1.581.727	1.585.597

a) Em 2017, o ajuste positivo a valor de mercado das aplicações em compromissadas objeto de hedge totalizou R\$ 1.385 e encontrava-se registrado no grupo de “Aplicações no mercado aberto” (vide nota 5).

8. Operações de crédito

Na data do balanço, a carteira de crédito atingiu 326.759 (2017 R\$ 436.829). Se incluído o saldo de R\$ 265.809 (2017 R\$ 245.284) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R\$ 592.568 (2017 R\$ 682.113).

a. *Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento*

	Parcelas a Vencer					Parcelas Vencidas		Total 31.12.2018	Total 31.12.2017
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 12 meses	Após 12 meses		
Empréstimos - Indústria	162	838	1.676	1.676	65	-	-	4.417	24.982
Empréstimos - Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	128
Empréstimos - Outros Serviços	51.639	1.391	-	-	-	-	5.463	58.493	93.734
Financiamentos - Indústria	4.998	8.165	20.127	17.079	91.273	-	-	141.642	149.812
Financiamentos - Outros Serviços	2.725	6.930	19.503	18.803	26.065	-	-	74.026	88.000
Financiamentos a exportação - Indústria	24.438	-	-	-	-	-	-	24.438	26.109
Total - Operações de Crédito	83.962	17.324	41.306	37.558	117.403	-	5.463	303.016	382.765
Fianças honradas - Outros Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	33.795
Créditos decorrentes de contratos de exportação									
- Indústria	25	-	-	2.372	21.346	-	-	23.743	20.269
Total - Outros Créditos Diversos (nota 9 "b")	25	-	-	2.372	21.346	-	-	23.743	54.064
TOTAL em 31.12.2018 - R\$	83.987	17.324	41.306	39.930	138.749	-	5.463	326.759	-
- %	25,7%	5,3%	12,6%	12,2%	42,5%	0,0%	1,7%	100,0%	-
TOTAL em 31.12.2017 - R\$	14.964	59.851	99.779	36.783	156.740	68.712	-	-	436.829
- %	3,4%	13,7%	22,9%	8,4%	35,9%	15,7%	0,0%	-	100,0%

b. *Classificação da carteira de crédito por níveis de risco*

A Resolução CMN nº 2682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa mínima exigida nos correspondentes níveis de risco conforme estabelecido na referida Resolução:

Níveis de Risco	%	31.12.2018					31.12.2017				
		Saldo da Carteira			Provisão		Saldo da Carteira			Provisão	
		Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil	Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	-	88.198	-	88.198	-	-	80.497	-	80.497	-	-
A	0,5	143.286	-	143.286	716	716	172.225	-	172.225	861	861
B	1,0	75.469	-	75.469	755	755	20.270	-	20.270	203	203
C	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D	10,0	-	-	-	-	-	40.776	-	40.776	4.078	4.078
E	30,0	14.343	-	14.343	4.303	4.303	54.350	-	54.350	16.305	16.305
F	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	70,0	-	-	-	-	-	-	7.963	7.963	5.574	5.574
H	100,0	-	5.463	5.463	5.463	5.463	-	60.748	60.748	60.748	60.748
TOTAL		321.296	5.463	326.759	11.237	11.237	368.118	68.711	436.829	87.769	87.769

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizava R\$ 87.769, sendo movimentada no decorrer do exercício por: a) complemento R\$ 214 (2017 R\$ 71.022), b) reversão de R\$ 15.998 (2017 R\$ 35), c) baixa de operações de crédito R\$ 60.748 (2017 R\$ 1.903) e d) variação cambial negativa R\$ zero (2017 R\$ 38), atingindo o saldo de R\$ 11.237 em 31.12.2018, correspondente a 3,4% (2017 14,5%) da carteira de crédito. Em 2018 ocorreram recuperações de créditos no montante de R\$ 551 (2017 R\$ zero) e o saldo das operações renegociadas totalizou R\$ 24.438 (2017 R\$ 51.100).

d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas)

	31.12.2018		31.12.2017	
	Montante	%	Montante	%
. Maior devedor	137.346	23,2%	143.573	21,0%
. 10 maiores devedores	522.213	88,1%	575.636	84,4%
. 20 maiores devedores	592.481	99,9%	672.501	98,6%
. Total da carteira	592.568	100,0%	682.113	100,0%

9. Outros créditos e outras obrigações

a. Outros créditos - Negociação e Intermediação de Valores (Ativo)

	31.12.2018	31.12.2017
. Depósitos em garantia realizados em bancos no exterior	4.614	8.083
. Devedores - conta liquidações pendentes	6.255	9.027
. Operações de intermediação de swaps	-	26
TOTAL	10.869	17.136

b. Outros créditos - Diversos

	31.12.2018	31.12.2017
. Créditos decorrentes de contratos de exportação (nota nº 8 "a")	23.743	20.269
. Créditos tributários (nota nº 12 "b")	243.517	212.378
. Devedores por depósitos em garantia (nota nº 13 "a")	151.350	139.478
. Impostos e contribuições a compensar	13.057	12.076
. Devedores diversos, adiantamentos e pagamentos a ressarcir	1.645	1.575
TOTAL	433.312	385.776

c. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
. Impostos e contribuições sobre lucros	2.856	921
. Impostos e contribuições a recolher	7.708	2.212
. Provisões para impostos e contribuições diferidas (vide nota nº 12 "b")	22.535	28.427
TOTAL	<u>33.099</u>	<u>31.560</u>

d. Outras obrigações - Negociação e Intermediação de Valores (Passivo)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
. Credores - conta liquidações pendentes	9.736	3.928
. Comissões e corretagens a pagar	7	-
TOTAL	<u>9.743</u>	<u>3.928</u>

e. Outras obrigações – Diversas

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
. Provisão para pagamentos a efetuar	8.660	4.469
. Provisão para passivos trabalhistas (vide nota nº 13 "b.2")	1.435	-
. Provisões para riscos fiscais (vide nota nº 13 "a")	149.911	139.044
. Provisões para garantias financeiras prestadas	3.181	3.500
. Provisão para riscos de crédito e contraparte	588	588
. Credores diversos - País	12.569	2.524
TOTAL	<u>176.344</u>	<u>150.125</u>

f. Garantias financeiras prestadas: A Resolução CMN nº 4512 de 28.07.2016 regulamentou sobre a avaliação de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas, bem como, sobre a constituição e registro de provisão suficiente para cobertura dessas prováveis perdas a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. Em 31.12.2017 a provisão totalizava R\$ 3.500, sendo revertida contra o resultado a parcela de R\$ 319 atingindo o saldo final de R\$ 3.181 em 31.12.2018, correspondente a 1,2% da carteira de fianças prestadas (R\$ 265.809).

10. Recursos captados

a. Composição da carteira por prazos de vencimento

						<u>31.12.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor de Custo</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor de Custo</u>
. Interfinanceiros (a)	10.005	-	-	-	-	10.005	10.005	151.097	151.097
. A Prazo (b)	240.047	233.130	67.678	-	-	540.855	540.855	945.340	945.340
Depósitos	250.052	233.130	67.678	-	-	550.860	550.860	1.096.437	1.096.437
Captações no mercado aberto	1.525.338	-	-	72.120	-	1.597.458	1.597.458	2.613.986	2.613.986
Letras financeiras (c)	5.833	36.004	671.878	8.520	-	722.235	722.235	111.543	111.543
Certificados de Operações Estruturadas	-	401	-	-	-	401	401	840	840
Obrigações p/Repasse (BNDES) (d)	7.390	12.731	38.626	35.883	106.665	201.295	201.295	217.100	217.100
Obrigações p/Repasse (FINAME) (d)	315	21	-	-	-	336	336	6.790	6.790
TOTAL em 31.12.2018 - R\$	1.788.928	282.287	778.182	116.523	106.665	3.072.585	3.072.585	-	-
- %	58,2%	9,2%	25,3%	3,8%	3,5%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 31.12.2017 - R\$	1.887.872	1.618.801	293.343	122.087	124.593	-	-	4.046.696	4.046.696
- %	46,7%	40,0%	7,2%	3,0%	3,1%	-	-	100,0%	-

Em 31.12.2018, os recursos captados no País e no Exterior possuíam as seguintes características:

- Depósitos interfinanceiros com vencimentos até março de 2019, indexados à variação do DI;
- Depósitos a prazo negociados a taxa prefixada até 19,06% a.a., com vencimentos até novembro de 2020 e indexados à variação do DI com vencimentos até dezembro de 2020;
- Letras financeiras emitidas com vencimento até maio de 2023, basicamente indexados à variação do DI e IPCA; e
- Obrigações para repasse (BNDES) com vencimentos até março de 2034 basicamente indexados à variação da TJLP acrescidos de juros até 2,3% a.a..

b. Concentração dos Depósitos (incluem depósitos interfinanceiros e a prazo)

	31.12.2018		31.12.2017	
	Montante	%	Montante	%
. Maior depositante	181.159	32,9%	200.436	18,3%
. 10 maiores depositantes	536.866	97,5%	955.475	87,1%
. 20 maiores depositantes	546.892	99,3%	1.058.775	96,6%
. Total de Depósitos	<u>550.860</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.096.437</u>	<u>100,0%</u>

11. Patrimônio Líquido

- a. Capital Social:** o capital social de R\$ 420.000 é representado por 127.338.665 ações nominativas, sendo 63.669.344 ações ordinárias e 63.669.321 ações preferenciais, sem valor nominal.
- b. Dividendos:** o Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Para as ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

Em 2018, os juros sobre o capital próprio totalizaram R\$ 30.000 (2017 R\$ zero), correspondente aos valores brutos de R\$ 0,224373553917587 por ação ON e R\$ 0,246810909309346 por ação PN, sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre as contas do patrimônio líquido nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. A adoção do pagamento desses juros sobre capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 12.000. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular BACEN nº 2739/97 e em atendimento às disposições fiscais.

- c. Reservas de Lucros:** A Reserva para Expansão é constituída com o objetivo de amparar futuros planos de investimentos e, será utilizada para compensar prejuízos, quando houver, aumentar o capital social ou pagar dividendos. Do lucro líquido do exercício, 5% se aplicam na constituição da Reserva Legal, que não deve exceder 20% do capital.

Na data do balanço, a Reserva para expansão foi reduzida no montante de R\$ 123.821 para compensar o saldo remanescente de prejuízos acumulados (R\$ 93.821) e para pagar os juros sobre capital próprio declarados (R\$ 30.000) descritos na nota 11 “b”.

12. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	Exercício findo 31.12.2018		Exercício findo 31.12.2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(33.282)	(33.282)	(170.973)	(170.973)
Adições / (Exclusões) Permanentes e Temporárias	(24.730)	(23.616)	181.290	181.772
. Despesas não dedutíveis	61.112	60.892	81.828	80.480
. Provisões Inedutíveis	(97.614)	(98.202)	79.629	79.629
. Variação cambial de investimentos no exterior	(61.090)	(60.502)	(5.574)	(5.574)
. Juros sobre capital próprio	(30.000)	(30.000)	-	-
. Participações no lucro	-	-	(1.579)	(1.579)
. Ajuste de TVM e derivativos ao valor de mercado	104.196	104.196	28.816	28.816
. Outras adições / (exclusões)	(1.334)	-	(1.830)	-
Base de cálculo dos encargos antes da compensação	(58.012)	(56.898)	10.317	10.799
(-) Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL	(4.471)	(4.471)	(2.190)	(2.137)
Base de cálculo dos encargos	(62.483)	(61.369)	8.127	8.662
Total dos encargos devidos no período	(2.513)	(1.590)	(1.930)	(1.614)
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	16.953	10.289	(547)	(276)
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	11.561	(7.092)	37.736	30.061
(Constituição) Reversão de IRPJ e CSLL Diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	4.682	2.053	8.795	8.174
IRPJ e CSLL apropriados ao Resultado	30.683	3.660	44.054	36.345

b. Créditos tributários e provisões diferidas

	Saldo em 31.12.2017	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 31.12.2018
Movimentação do exercício 2018				
Base negativa de Contribuição Social	9.155	10.777	(487)	19.445
Prejuízo fiscal de Imposto de Renda	15.691	17.959	(1.007)	32.643
Provisão para devedores duvidosos	39.497	1.501	(36.503)	4.495
Créditos baixados para prejuízo	45.170	24.299	(5.239)	64.230
Provisão p/riscos de crédito, mercado e liquidez	39.928	9.162	(28.528)	20.562
Provisão para fianças prestadas	1.574	-	(302)	1.272
Provisão para riscos fiscais	53.994	4.284	-	58.278
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	-	31.913	-	31.913
Perdas com operações de swaps	6.178	-	-	6.178
Outros créditos tributários	619	4.437	(555)	4.501
SUB TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	211.806	104.332	(72.621)	243.517
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	572	-	(572)	-
TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	212.378	104.332	(73.193)	243.517
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	(58)	(843)	-	(901)
Ajuste a valor de mercado de títulos, derivativos e captações no mercado aberto (livre movimentação)	(8.967)	-	8.967	-
Atualização dos depósitos judiciais	(19.402)	(2.232)	-	(21.634)
TOTAL Passivos Diferidos	(28.427)	(3.075)	8.967	(22.535)
TOTAL posição líquida de provisões diferidas	183.951	101.257	(64.226)	220.982

Movimentação do exercício 2017	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 31.12.2017
SUB TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	142.805	109.725	(40.724)	211.806
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	1.796	-	(1.224)	572
TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	144.601	109.725	(41.948)	212.378
TOTAL Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. de mercado de Títulos, Derivativos e atualização de depósitos judiciais)	(45.335)	(263)	17.171	(28.427)
TOTAL, posição líquida de provisões diferidas	99.266	109.462	(24.777)	183.951

O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 220.982 (2017 R\$ 183.951) representando 44,1% (2017 34,8%) do patrimônio líquido final:

. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 243.517 (2017 R\$ 212.378), sendo registrado no grupo “Outros Créditos – Diversos” (vide nota 9 “b”). A constituição desses créditos tributários está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

. As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 22.535 (2017 R\$ 28.427) foram calculadas sobre os ajustes positivos de valor de mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos e a receita não tributável de atualização dos depósitos judiciais, sendo registrado na rubrica “Fiscais e Previdenciárias” do grupo “Outras Obrigações” (vide nota 9 “c”).

Em 31.12.2018 inexistiam créditos tributários não ativados e o valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic monta em R\$ 204.861 (2017 R\$ 171.040). A Administração estima que a realização desses créditos tributários e a exigibilidade das obrigações diferidas ocorrerá em até 10 anos conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Saldos em 31.12.2018				% Realização	
	Créditos Tributários	Obrigações Diferidas	Posição Líquida	Valor Presente	Anual	Acumulado
	2019	23.296	-	23.296	21.833	10,5%
2020	17.202	321	17.523	16.210	7,9%	18,5%
2021	21.165	(647)	20.518	18.998	9,3%	27,8%
2022	81.172	(22.129)	59.043	54.669	26,7%	54,5%
2023	22.045	(104)	21.941	20.316	9,9%	64,4%
2024	11.800	-	11.800	10.926	5,3%	69,7%
2025	15.251	24	15.275	14.144	6,9%	76,7%
2026	14.371	-	14.371	13.306	6,5%	83,2%
2027	16.312	-	16.312	15.104	7,4%	90,5%
2028	20.903	-	20.903	19.355	9,5%	100,0%
TOTAL	243.517	(22.535)	220.982	204.861		

13. Provisões, Passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

- a. Obrigações Legais:** referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, com destaque para:
- a) o recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 148.409 (2017 R\$ 137.542) e R\$ 148.527 (2017 R\$ 137.596), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.
- b) cobrança de supostos créditos tributários de IRPJ, IRRF e PIS, cujos valores foram depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional cujos saldos de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R\$ 1.502 (2017 R\$ 1.502).

Essas obrigações legais encontram-se registradas na rubrica “Contingências fiscais” do grupo “Outras Obrigações - Diversas” (nota 9 “e”) e os depósitos judiciais existentes encontram-se registrados na rubrica “Devedores por Depósitos em Garantia” do grupo “Outros Créditos - Diversos” (nota 9 “b”).

b. Passivos Contingentes:

b.1) As empresas integrantes do Conglomerado possuíam as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de “perda possível”:

i) previdenciárias - R\$ 9.244: processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias;

ii) fiscais - R\$ 89.165: representados principalmente por processos administrativos relativos a apuração da CSLL nos anos base 2008 e 2015 (R\$ 2.176), cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP (R\$ 42.412); cobrança de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP (R\$ 39.257) e compensações pleiteadas por PER/DCOMP e não homologadas (R\$ 4.950); e

iii) trabalhistas cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 58.852, sendo a maioria em início de discussão (R\$ 57.663).

b.2) As empresas integrantes do Conglomerado possuíam uma única contingência de natureza trabalhista avaliada como de “perda provável” cujo processo aguarda a homologação dos valores e a execução final, sendo constituída provisão no valor de R\$ 1.013, registrada na rubrica “Provisão para Passivos Trabalhistas” do grupo “Outras Obrigações - Diversas” (vide nota 9 “e”).

c. Movimentação das provisões, passivos contingentes e obrigações legais

	Saldo em 31.12.2017	Complemento	(Reversão)	Baixa	Saldo em 31.12.2018
Obrigações Legais (nota 13 "a")					
. PIS e COFINS	137.542	10.867	-	-	148.409
. CSLL	1.502	-	-	-	1.502
Passivos Contingentes (nota 13 "b.2")					
. Trabalhista	-	1.435	-	-	1.435
TOTAL	139.044	12.302	-	-	151.346

14. Transações entre partes relacionadas

- a. As transações com partes relacionadas são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

		Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
		31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Diferencial de “swap” a receber/ (a pagar)		-	-	-	(236)
Haitong Investment Ireland Plc. (Irlanda)	Ligada	-	-	-	(236)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		(29.595)	(9.195)	-	-
Haitong Bank S.A. (Lisboa)	Controlador direto	(29.595)	(9.195)	-	-
Corretagens em operações de Bolsa		(60)	(60)	-	(60)
Haitong Securities (UK) Limited	Ligada	(60)	(60)	-	(60)

- b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados “pessoal-chave”, totalizaram R\$ 4.666 no exercício de 2018 (2017 R\$ 7.942). O Banco e suas controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal - chave da Administração.

15. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes a legislação local, melhores práticas internacionais e integração com o acionista controlador.

b. Tipos de Risco

- **Risco de Mercado:** O risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultante de flutuações em taxas de juros, preços de ações/*commodities*, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensibilizam o valor de mercado de instrumentos detidos pela instituição classificados na carteira trading (negociação). O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através de informações diárias à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos na matriz. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (*Value at Risk*), gregos, análise de sensibilidade (PV01) e *Stress Testing*. Complementando a estrutura de acompanhamento de risco de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
- **Risco de Juros da Carteira Banking | IRRBB (*Interest Rate Risk Banking Book*):** Define-se risco de juros na carteira bancária (IRRBB) como risco, atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRBB é monitorado no âmbito do Conglomerado Prudencial do Haitong Brasil, considerando todos os itens do balanço classificados na carteira bancária e seus respectivos fatores de risco, através de relatórios que expressam o risco utilizando-se de métricas como PV01 (efeito para oscilação de 1 ponto-base) para os fatores de risco, abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII), e demais critérios dispostos na Circular no. 3.365. Complementando a estrutura de acompanhamento do IRRBB, é reportada diariamente a exigência de capital para esse risco, conforme normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

- **Risco de Crédito:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Toda exposição a risco de crédito é aprovada localmente e referendada pela matriz em comitês globais de crédito. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de *rating* aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às exposições.
- **Risco de Liquidez:** trata-se de a incapacidade da instituição honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, sem que isso afete suas operações diárias ou mesmo incorra em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (*High Quality Liquid Asset*) e que estejam desonerados de qualquer embaraço. Além disso, faz-se também o monitoramento mensal dos indicadores de liquidez definidos pelo Comitê de Basileia, nomeadamente LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*). Todas estas métricas são reportadas à Administração, a Tesouraria e ao controle de riscos na matriz, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, conforme rege as boas práticas do controle do risco de liquidez.
- **Risco Operacional:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. As ocorrências de eventos de risco operacional são registradas em sistema próprio (GRO: Gerenciamento do Risco Operacional) pelas respectivas áreas. Os eventos são monitorados e reportados, à Administração local e ao controle de riscos na matriz.
- **Risco de Compliance:** trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional ou decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, aculturação dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco.
- **Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo:** Risco de, eventualmente, o Banco ser intencionalmente utilizado para a lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de financiamento ao terrorismo relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não constar de listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseados em práticas internacionais, que abrangem governança corporativa, sistemas informáticos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção a lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo, para capacitá-los às suas políticas internas sobre o assunto.

- **Risco Reputacional:** está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na dinâmica e evolução das atividades da instituição.
- **Risco Socioambiental:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas das instituições decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental, inclusive o risco de imagem e reputação, são fatores considerados nas análises de risco de crédito e operacional a que a Instituição está exposta, considerando o relacionamento e atividades pertinentes da instituição. Dessa forma, o gerenciamento adequado do risco socioambiental está atrelado a mitigação dos eventos que podem impactar o risco operacional, risco de crédito, risco reputacional e risco de capital da instituição. A instituição estabelece um questionário de responsabilidade socioambiental como formulário indispensável no cadastro do cliente. Além disso, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impacto socioambiental na destinação dos recursos. Sempre que houver algum risco socioambiental, os contratos vinculados estabelecerão cláusula específica de vencimento antecipado, a obrigação do devedor manter as licenças ambientais em dia e a de informar a instituição qualquer autuação que tenha sofrido.

c. **Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação**

De acordo com as atividades previstas pela “Agenda BC+” e com o alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sem prejuízo da segurança, solidez das instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância. Nesse contexto, o **Haitong Brasil** foi classificado no segmento “**S3**” designado as instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB na data da publicação.

Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIR). A Resolução aponta para a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, “*Risk Appetite Statement*”), estabelecimento de programa de testes de estresses, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência.

d. **Governança de Riscos e Capital**

O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRO, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Ao nível Executivo, assumem papel importante na gestão do risco e do capital, a Diretoria do Banco, o Diretor responsável (CRO - *Chief Risk Officer*), o Comitê de Crédito e Riscos no Brasil e o Comitê Global de Crédito Haitong Bank em Portugal.

O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em “Três Linhas de Defesa” que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue:

1. *Primeira Linha de Defesa* é aquela representada pelas áreas de negócios (*Front-Office*), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas.
2. *Segunda Linha de Defesa* é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI/Segurança.

3. *Terceira Linha de Defesa* é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa.

O funcionamento das “Três Linhas de Defesa”, mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco.

Cultura de Risco: O Haitong Brasil tem adotado ações diversas para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente.

e. **Gestão Integrada de Riscos**

De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de saná-las.

O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (*Chief Risk Officer*). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, políticas e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consoante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista.

A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco *vis a vis* aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância a risco são definidos e formalizados nos respectivos comitês internos de governança.

Valores atualizados com base no último relatório distribuído – 31/12/2018:

- Risco de Mercado: O VaR do Banco totalizava R\$ 637 (Média de R\$ 1.095 em 2018), o que representou 0,16% do Patrimônio de Referência de encerramento do exercício.
- Risco de Liquidez: A liquidez livre/disponível totalizava R\$ 1.046.767 (Média de R\$ 778 em 2018), o que representou 2,68 vezes o PR. O Banco apura os indicadores de liquidez LCR e NSFR para efeitos de consolidação com a matriz e para sua gestão interna, embora não haja requerimento local pelo regulador para o Haitong Brasil (“S3”). Na data, o LCR encontrava-se em 990% e o NSFR em 175,0%, ambos superiores aos limites estabelecidos pelo regulador local.
- Razão de Alavancagem: Na data de fechamento esse índice reportado foi de 6,64%.
- Risco de Crédito: As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 592.568 correspondente a 14,5% do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes principais setores: Energia Elétrica (38,0%); Telecomunicações (17,6%); Água e Saneamento (10,7%); Intra-estrutura de Transporte (9,0%) e Agroalimentar (8,9%). Desta carteira, 65,9% das operações estavam cobertas por garantias cedidas pelos clientes, representadas principalmente por: Avais, Fianças e SBLCs (49,2%); Ações Corporativas (35,3%); Grãos (5,8%); Imóveis (4,6%), Equipamentos (3,8%) e o restante distribuído entre Conta Reserva e Vinculação de Receitas (1,3%).

f. **Gerenciamento de Capital:**

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO – *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. Além disso, conforme prevê legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estágios necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

16. Outras informações

- a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basileia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais sólido as crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre os patrimônios líquidos de referência e exigido e os riscos médios ponderados (RWA):

	Conglomerado Prudencial
. Capital Principal	389.896
. Patrimônio de Referência - Total	389.896
. RWA - risco de crédito	96.040
. RWA - risco de mercado	35.598
. RWA - risco operacional	29.408
. Patrimônio de Referência exigido	161.046
	228.850
. Excesso de PR (TIER I + TIER II)	20,9%
. % Índice em 31.12.2018 - de Basileia	17,1%
. % Índice em 31.12.2017 - de Basileia	
Adicional de Capital Principal - Segmento "S3"	35.010
. Excesso de PR (TIER I + TIER II) + ACP	193.840
. % Índice em 31.12.2018 - de Basileia	20,5%
. % Índice em 31.12.2017 - de Basileia	16,8%
. Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB)	24.987

b. Receitas de prestação de serviços

	2º sem. 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Comissões de colocação e distribuição de títulos	-	4	48
Corretagens de operações em Bolsas	-	-	95
Garantias prestadas	3.911	7.553	7.391
Assessoria técnica especializada	10.552	22.377	5.801
Outras receitas	3	9	34
TOTAL	14.466	29.943	13.369

c. Despesas de Pessoal

	<u>2º sem. 2018</u>	<u>Exercício 2018</u>	<u>Exercício 2017</u>
Administradores	2.023	4.666	7.942
Pessoal - Proventos	14.556	27.980	34.669
Encargos sociais	4.787	10.547	14.698
Benefícios	4.560	7.091	6.414
Treinamento	81	82	14
Estagiários	11	11	-
TOTAL	<u>26.018</u>	<u>50.377</u>	<u>63.737</u>

d. Outras despesas administrativas

	<u>2º sem. 2018</u>	<u>Exercício 2018</u>	<u>Exercício 2017</u>
Aluguel, água e energia	2.012	3.771	8.727
Comunicações	1.912	3.633	4.998
Manutenção e conservação de bens	300	577	635
Processamento de dados	1.851	3.781	4.050
Promoções, relações públicas, propaganda, publicações	314	469	417
Taxas de administração de fundos	51	106	163
Serviços do sistema financeiro	1.511	3.337	3.185
Serviços de terceiros	403	717	558
Serviços técnicos especializados	1.614	3.160	3.789
Transportes	154	282	335
Viagens	533	827	631
Amortização e depreciação	1.903	3.796	5.332
Outras administrativas	763	1.539	2.084
TOTAL	<u>13.321</u>	<u>25.995</u>	<u>34.904</u>

e. Despesas tributárias

	<u>2º sem. 2018</u>	<u>Exercício 2018</u>	<u>Exercício 2017</u>
Imposto sobre serviços (ISS)	724	1.498	652
COFINS	2.529	5.204	4.509
PIS	411	846	732
Outros tributos federais, estaduais e municipais	261	1.812	751
TOTAL	<u>3.925</u>	<u>9.360</u>	<u>6.644</u>

f. Outras receitas operacionais

	<u>2º sem. 2018</u>	<u>Exercício 2018</u>	<u>Exercício 2017</u>
Variação cambial de investimentos em dependência no e	-	-	4.755
Receitas financeiras	29	96	178
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	-	-	602
Reversão de provisão de garantias financeiras prestadas	-	319	1.007
Reversão de provisões	-	-	177
Juros de depósitos em garantia	-	-	217
Outras receitas (basicamente atualizações monetárias)	111	186	204
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	121	121	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial Cayman	-	-	133
TOTAL	<u>261</u>	<u>722</u>	<u>7.273</u>

g. Outras despesas operacionais

	<u>2º sem. 2018</u>	<u>Exercício 2018</u>	<u>Exercício 2017</u>
Complemento (Reversão) de provisão para riscos de crê	-	2.475	5.827
Variação cambial de Disponibilidades em ME	-	5.907	458
Passivos Trabalhista	1.656	1.656	540
Outras despesas	561	773	1.437
TOTAL	<u>2.217</u>	<u>10.811</u>	<u>8.262</u>